

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Despacho nº 6312/2019, de 10 de julho, autorizou a AdP Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S. A. (AdP Energias), a realizar os estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais.

Ficou previsto que o Fundo Ambiental transferisse para a AdP Energias, nos termos de um protocolo a celebrar no prazo de 30 dias após a data da entrada em vigor do referido despacho, um montante máximo de (euro)1.000,000,00 (um milhão de euros), para efeitos do apoio à construção de uma solução integrada para a recolha, o tratamento e a valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais no seio do Grupo Águas de Portugal.

A elaboração destes estudos foi apontada como determinante para se encontrar uma solução para o tratamento dos efluentes agropecuários da região de Leiria, face ao problema da poluição gerado pela produção suinícola. Entretanto passaram quase quatro anos sem que se conheça o resultado destes estudos e sem que se tenham sido resolvidos os problemas em causa, pelo que importa conhecer os seus resultados.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, através de V. Exa., que sejam disponibilizados:

1. Os estudos técnicos e económico-financeiros previstos no Despacho nº 6312/2019, de 10 de julho, a serem elaborados pela AdP Energias.
2. O protocolo celebrado ao abrigo do n.º 3 do referido Despacho e que esteve na base da atribuição das verbas do Fundo Ambiental.
3. Elementos adicionais remetidos ao Ministério do Ambiente por parte da AdP Energias no âmbito deste processo.
4. Caso os estudos não tenham sido elaborados solicita-se uma explicação de motivos para tal omissão, questionando-se também se haverá lugar a devolução das verbas do Fundo Ambiental.

Palácio de São Bento, 20 de abril de 2023

Deputado(a)s

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

JOÃO MARQUES(PSD)

CLÁUDIA ANDRÉ(PSD)

ALEXANDRE SIMÕES(PSD)

CARLOS CAÇÃO(PSD)

JORGE SALGUEIRO MENDES(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)

ANTÓNIO PRÔA(PSD)

ANTÓNIO TOPA GOMES(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

CLÁUDIA BENTO(PSD)

PATRÍCIA DANTAS(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)